



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140858 - SP (2021/0002951-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**RECORRENTE** : JOAO PIO NETO (PRESO)  
**ADVOGADO** : RAFAEL LAVIERI GONÇALVES - SP405568  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOAO PIO NETO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2180770-56.2020.8.26.0000).

O recorrente foi denunciado como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

Sustenta que apesar de "registrar contra si na época dos fatos, uma condenação pelo crime de tráfico de ilícitos, isso não é suficiente para demonstrar que aquele ínfimo entorpecente seria destinado a revenda, sob pena de se ferir o princípio da presunção de inocência" (fl. 114).

Requer, liminarmente, seja trancada a ação penal ou seja determinada a desclassificação para o artigo 28 da lei 11.343/2006.

No mérito, requer o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente